

## A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO EM MAURÍCIO TRAGTENBERG

Edmilson Marques\*

Discutir a questão da educação na concepção de Maurício Tragtenberg não é uma tarefa fácil, tendo em vista a sua ampla produção sobre este assunto que compreende um conjunto de artigos, palestras e discussões, em específico, o fato de sua concepção estar associada ao marxismo, que leva a maioria de seus leitores a não compreendê-la com profundidade. Aqui, no entanto, vamos apresentar o resultado de um estudo que compreende a análise desses textos esparsos de Maurício Tragtenberg, os quais foram publicados basicamente em duas obras, tratando-se de *Educação e Burocracia* e o primeiro volume de *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. Em linhas gerais vou apresentar a seguinte discussão: a concepção de Maurício Tragtenberg sobre o papel da educação na sociedade. E no interior desta discussão discutirei dois sub-tópicos fundamentais, tratando-se de: 1. A pedagogia burocrática e 2. A autogestão pedagógica.

Antes de abordar especificamente a concepção de educação em Tragtenberg, é preciso enfatizar que este autor parte de uma concepção da totalidade para analisar a educação. Para ele, a educação não é algo fechado em si mesmo, ou seja, que pode ser explicada por si só e está desassociada da sociedade. Portanto, para compreender a educação em Tragtenberg é necessário observar os locais de ensino como algo que integra as relações sociais. Nesse sentido, ele ressalta:

A educação, como a religião e o direito, não tem uma história à parte; constitui-se em parte integrante do todo social, pactado por suas determinações econômico-sociais. O importante é reter que a forma assumida pelo processo de trabalho determina as características e o significado da educação (TRAGTENBERG, 1982, p. 61).

Partindo do pressuposto que a educação não tem uma história à parte, isso significa que sua história assim como suas especificidades, forma de organização etc., corresponde à forma como a sociedade está organizada. Esta questão pode ser observada mais especificamente quando Tragtenberg esclarece sobre o que determina de fato o modo e ser da educação no capitalismo. Ao tratar do papel da universidade, o autor apresenta posteriormente o que de fato determina a educação. Vejamos em suas palavras:

---

\* Doutor em História/UFG e professor da Universidade Estadual de Goiás/UEG, unidade Uruaçu.

A universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas *pelos servos que ela forma*. Esse modo de produção determina o tipo de formação através das transformações introduzidas na escola, que coloca em relação mestres e estudantes. (TRAGTENBERG, 1982, p. 13 *[itálico do próprio autor]*)

Isso quer dizer que na concepção de Tragtenberg as instituições de ensino expressam internamente as relações estabelecidas no modo de produção capitalista, portanto, integram a luta de classes e interferem em sua dinâmica. Concomitantemente é palco onde a luta de classes se manifesta.

É nesse sentido que o autor analisa o que ele chama de pedagogia burocrática. A pedagogia burocrática, para Tragtenberg, desempenha este papel de reproduzir o modo de produção capitalista, a luta de classes, e o faz de duas formas fundamentais: 1. Transmitindo a ideologia dominante e 2. Formando indivíduos para serem integrados no mercado de trabalho.

A respeito da ideologia dominante apontado por Tragtenberg, o que se observa é que ele está se referindo ao produto do trabalho de intelectuais, à falsa consciência sistematizada, assim como está em Marx (2007). A consciência burguesa recebe uma atenção cuidadosa de seus auxiliares, a intelectualidade. Esta atua no sentido de sistematizá-la e uma vez feito isso, o produto do seu trabalho, a ideologia, converte-se em um importante instrumento para a reprodução do próprio capitalismo. Isso acontece, porque os ideólogos invertem o sentido das coisas. Mas o fundamental é que naturalizam o capitalismo e ocultam as relações de exploração.

A naturalização da sociedade leva os indivíduos a pensarem que a vida só é possível dentro do capitalismo. Na verdade, a ideologia faz desaparecer a possibilidade de uma nova sociedade. Nesse sentido, vislumbrar o fim do capitalismo e a instituição de uma sociedade futura é convertido em caso de insanidade. É por isso que há uma descrença generalizada sobre concepções que defendem a abolição do capitalismo e a instituição da autogestão social. Torna-se insano aquele que pensa contrário à concepção burguesa.

Mas esta concepção que apresenta uma descrença em uma nova sociedade não nasce com o indivíduo ao rebento. Ela é inculcada em sua cabeça em seu processo de formação. Daí vem a necessidade de mecanismos para reproduzi-la em larga escala. A burguesia fez isso inicialmente com a produção ampliada da arte, da imprensa, em síntese, intensificando a produção intelectual, de forma que a sua concepção integrasse a

natureza destas mesmas produções. Daí emerge a ciência, sendo esta, portanto, a expressão da consciência burguesa.

Uma vez sistematizada, a consciência burguesa foi sendo amplamente divulgada e inculcada na cabeça das pessoas. Daí a importância dos locais de ensino, o lugar onde se transmite a consciência burguesa, seus valores, cultura etc. Mas qual característica apresenta esta consciência? Tragtenberg observa que a consciência burguesa, é acrítica. Ao ser inculcada nos indivíduos estes tornam-se apáticos ao novo e em sua maioria se mostram em conformidade com a ordem estabelecida e com as relações sociais que o envolve. Este é, segundo o autor, o papel da pedagogia burocrática.

A pedagogia burocrática ao acentuar o conformismo, o espírito acrítico do aluno, forma a futura mão-de-obra dócil, que nada reivindicará nas empresas ou no Estado, forma os “servos” do capital que docilmente contribuirão para sua reprodução ampliada (TRAGTENBERG, 1982, p. 55).

Mas para formar um indivíduo acrítico, conformista, um *gentlemen*, não é um trabalho fácil, professores de ensino primário e secundário sabem muito bem disso. Levar os indivíduos a assimilarem a consciência burguesa exige um trabalho constante, exige o uso de ferramentas diversas para convencê-los de que aquela educação pode lhe ser útil para alguma coisa. Esse processo que Tragtenberg chama de inculcação, torna-se complexo e por isso merece toda a atenção do estado e da própria burguesia.

Daí vem a necessidade de organizar os locais de ensino como um protótipo da sociedade burguesa (MARQUES, 2015). O objetivo é fazer das instituições de ensino o meio onde o indivíduo aprenda as normas, regras, valores e forma de viver no capitalismo, de forma que, ao findar o processo de formação primária e secundária o indivíduo apresente o resultado da educação recebida, qual seja, o de um indivíduo que respeita a ordem estabelecida, que deseja e defende o mundo burguês, que coloca como fim e objetivo em sua vida, ser integrado ao mercado de trabalho. Este aparece como fim último e fundamental da educação, pois é daí que poderá conquistar outras questões que são partes da vida burguesa, como status, dinheiro, poder etc. Um indivíduo formado nestes princípios e que age conforme os mesmos, nada mais faz do que possibilitar um fôlego a mais ao modo de produção capitalista.

Esta educação só é possível dentro de um espaço complexo, pautado por um alto grau de controle, de punições, avaliações, repetições constante de atividades etc. E este contexto nada mais é do que a expressão de relações estabelecidas pela burocracia. Havendo nas instituições de ensino uma burocracia específica, que atua no controle do

que se produz e do que se é repassado no campo do conhecimento, esta faz emergir o que Tragtenberg chamou de pedagogia burocrática.

### **Pedagogia Burocrática**

A pedagogia burocrática, segundo Tragtenberg, coloca como fim último de sua atuação a produção do conhecimento. Acontece, no entanto, que este foco de sua atuação cotidiana acaba sendo invertido. Na realidade há a superavaliação da burocracia e a produção do conhecimento é jogada para segundo plano. É nesse sentido que Tragtenberg entende a pedagogia burocrática. Segundo ele, “entendo por pedagogia burocrática um sistema onde os meios de controle se tornam fins, e os fins são esquecidos. Então, o Diário de classe do Professor e o registro de faltas e notas é mais importante que o curso ministrado ao aluno” (TRAGTENBERG, 1982, p. 155).

Com a pedagogia burocrática se estabelece uma hierarquia pautada sob os pressupostos da relação entre dirigentes e dirigidos. “Da mesma maneira que o “professor-polícia” controla o aluno, o diretor-“polícia” controla o professor que, por sua vez, na esfera estadual, é escravo do delegado de Ensino, na maioria das vezes preposto dos grupos de interesse privado” (TRAGTENBERG, 1982, p. 155).

Para Tragtenberg, a pedagogia burocrática busca controlar tudo e todos dentro do espaço escolar. Poucas são as brechas que sobram para o professor discutir um conteúdo que não seja aquele que satisfaça o interesse do capital. A ideia dominante, amplamente presente no seio familiar, de que o fundamental seja formar o indivíduo para o mercado de trabalho acaba prevalecendo. Nesse sentido, “a comunidade de pais encontra no controle burocrático a melhor garantia contra quaisquer tendências desviantes do professor ao saber, que é severamente controlado, julgado e regulamentado” (TRAGTENBERG, 1982, p. 37).

Tragtenberg (1982) enfatiza ainda que a pedagogia burocrática se caracteriza também por propiciar o conformismo em relação ao ensino recebido, e nesse sentido transformando a avaliação e a nota em um novo “fetiche”. A avaliação promove a educação competitiva. Estabelece um processo de seleção de alunos, separando aqueles que são melhores e aqueles que são piores. O autor enfatiza que as instituições de ensino acabam por deixar de lado e punindo aqueles que merecem mais atenção, o “pior”, o “último da classe”.

Esse mesmo processo presente nas escolas, em que a educação é organizada e pautada pelos princípios da pedagogia burocrática, é observada por Tragtenberg como

um elemento distintivo da educação repassada também nas universidades. Semelhante às instituições escolares, a universidade atua para formar indivíduos para serem integrados no modo de produção capitalista. No seu interior há a manifestação da luta de classes e é organizada sob a tutela da burocracia. Tragtenberg observa que “a universidade não é algo tão essencial como a linguagem; ela é simplesmente uma instituição dominante ligada à dominação. Não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem”. (TRAGTENBERG, 1982, p. 11).

No interior das universidades se estabelece assim relações de dominação. Há aqueles que alcançam o topo da hierarquia, a exemplo do reitor e seus auxiliares (pró-reitorias etc.). Estes mantêm um conjunto de subordinados que atuam nos câmpus universitários, os diretores, que também são auxiliados pelos técnicos-administrativos, alargando o campo de atuação da burocracia. E ainda recebe o apoio dos professores que utilizam e reproduzem os mecanismos da burocracia (sistema de notas, diários, etc.). Nesse sentido,

A universidade é uma instituição dominante, além disso, ligada à dominação. Até hoje a universidade brasileira formou assessores de tiranos, é o antipovo. Criada para produzir conhecimento, ela se preocupa mais em controlá-lo. A dominação que passa pela relação professor-aluno aparece através do sistema de exames. A universidade acima de tudo faz exames, é o coroamento burocrático do saber. A pedagogia burocrática se define pela valorização das aulas magisteriais, avaliação regida através do sistema de notas e troca de informações entre professores sobre aluno. Isso mostra uma pedagogia repressiva (TRAGTENBERG, 1982, p. 55).

O controle e a repressão é o meio utilizado pela burocracia, com o auxílio de grande parte dos professores, para educar o indivíduo. No meio universitário este controle é transvestido no controle do que se produz e do como se produz o conhecimento. O conhecimento produzido deve estar a serviço do capital. Indivíduos mais audazes, que por mérito próprio e perspicazes compreendem a dinâmica acadêmica, pautada pelo limite da consciência burguesa, e buscam romper com este princípio, não o fazem no interior da universidade. O fazem em outros locais onde a reflexão, o desenvolvimento de uma concepção crítica da realidade, pode ser realizada livremente do controle e dos ditames da burocracia, onde o indivíduo esteja livre da delinquência acadêmica. Segundo Tragtenberg:

A “delinquência acadêmica” aparece em nossa época longe de seguir os ditames de Kant: “Ouse conhecer”. Se os estudantes procuram conhecer os espíritos audazes de nossa época, é fora da universidade que irão encontra-

los. A bem da verdade, raramente a audácia caracterizou a profissão acadêmica (1982, p. 13).

A delinquência acadêmica, apontada por Tragtenberg, revela o lado obscuro que envolve a intelectualidade, aquela que faz da universidade a sua razão de ser.

Quando o autor aborda a questão dos espíritos audazes, ele está se referindo a aqueles indivíduos que buscam romper com o conhecimento que a universidade insiste em produzir e reproduzir. Grande parte dos professores insistem em empregar e utilizar os mesmos métodos que favorecem a reprodução de ideias fincadas até o pescoço no terreiro do capital. A eles cabe a tarefa não muito complicada de manter a produção do conhecimento desvinculado da produção manual.

A muito tempo a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual tem se tornado um processo irreversível no desenvolvimento do capitalismo. Em outras palavras: “A separação entre o “fazer” e “pensar” se constitui numa das doenças que caracterizam a delinquência acadêmica” (TRAGTENBERG, 1982, p. 16). Apesar da negação aparente da neutralidade, o que se nota é que ainda se reproduz os mesmos princípios do positivismo, o qual funciona como pressuposto oculto do que se é produzido. Isso leva muitos professores a desvinculem o conhecimento produzido das questões sociais mais amplas, a exemplo de seu papel de reproduzir a ordem existente.

O problema significativo a ser colocado é o nível de responsabilidade social dos professores e pesquisadores universitários. A não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido se constitui em fator de “delinquência acadêmica” ou da “traição do intelectual”. Em nome do “serviço à comunidade”, a intelectualidade universitária se tornou cúmplice do genocídio, espionagem, engano e todo tipo de corrupção dominante, quando domina a “razão de Estado” em detrimento do povo (TRAGTENBERG, 1982, p. 14).

A delinquência acadêmica é parte do processo de formação universitária. Ali naquele espaço dedica à produzir e reproduzir ideologias. Além disso, as inculca nos indivíduos que integram a comunidade acadêmica. Mas não é apenas produzindo e reproduzindo ideologias que faz da intelectualidade uma auxiliar da burguesia. Esta também atua em investigações que propiciam invenções científicas que dão ao estado as poderosas armas que serão posteriormente utilizadas contra as classes exploradas e oprimidas. E nesse processo, altos investimentos são aplicados em pesquisas e programas para favorecer o seu desenvolvimento. Para Tragtenberg (1982, p. 14) a delinquência acadêmica:

Vale para aqueles que aperfeiçoam secretamente armas nucleares (M.I.T.), armas químico-biológicas (Universidade da Califórnia, Berkeley), pensadores

inseridos na Rand Corporation, como aqueles que, na qualidade de intelectuais com diploma acreditativo, funcionam na censura, na aplicação da computação com fins repressivos em nosso país (TRAGTENBERG, 1982, p. 14).

Além disso, os professores que atuam no interior da universidade ainda formam novos professores que continuarão no futuro o trabalho acadêmico já iniciado a tempos atrás, destinado à produção e reprodução da ideologia burguesa. Nesse sentido, forma-se novos professores. Como aponta Tragtenberg (1982, p. 56):

Na medida em que a universidade não forma a mão-de-obra demandada pelo sistema, singulariza-se como aparelho ideológico de inculcação de:

- a) Tipo de saber operacional e acrítico;
- b) Formas de sentir e agir conforme a “racionalidade” exigida pelo poder.
- c) Disciplina, pontualidade e discríção do aluno, futuro docente na burocracia acadêmica, ou executivo na burocracia empresarial, soldado na burocracia militar ou clérigo na burocracia eclesiástica.

A pedagogia burocrática, portanto, é apenas um lado da concepção de Maurício Tragtenberg a respeito da educação. Como vimos, esta nada mais é do que a pedagogia existente atualmente, a pedagogia que representa os interesses da burguesia. Da forma como foi exposta a discussão sobre a mesma, pode-se dar a impressão de que não há outra saída para a educação. Pode-se imaginar que tudo e todos agem para reproduzir o capitalismo, mesmo que tenha boa vontade. Bom, de fato o que prevalece é os princípios da pedagogia burocrática. Mas não é este o princípio que rege a educação em sua totalidade. Nesse sentido, a própria pedagogia burocrática cria as condições para o desenvolvimento de uma forma de educação contrária. Para Tragtenberg (1982, p. 55) “o processo educacional tem uma dinâmica própria, uma certa relativa autonomia que pode torná-lo instrumento de libertação”.

Para isso, o autor ressalta que é necessária uma reformulação dos locais de ensino que seja acompanhada de uma reformulação social. Ele destaca neste processo a necessidade de uma organização autônoma da classe trabalhadora, que seja destituída de uma burocracia interna, de uma organização pautada por relações entre dirigentes e dirigidos, e seja livre das amarras de partidos. Neste ponto aproximamos da segunda questão que apontamos no início do texto, ou seja, a concepção de Tragtenberg a respeito da autogestão pedagógica.

### **Autogestão Pedagógica**



Segundo Tragtenberg o termo autogestão pedagógica foi elaborado por Michel Lobrot (1966). Viana (2015) observa que Lobrot foi perspicaz ao associar autogestão social a autogestão pedagógica. Na concepção de Lobrot, a autogestão é o ideal, e a autogestão pedagógica poderia ser um instrumento para se chegar à autogestão social. Em suas palavras:

A autogestão social aparece como um ideal. Com efeito, tem como objetivo resolver o problema humano essencial, a saber: o da produção, ou, se se prefere, o da transformação do mundo pelo homem. Com efeito, visa levar os indivíduos a participar ao máximo no processo de produção, impedi-los de serem alienados, impedi-los de terem atividades que lhes sejam estranhas. Permite, da melhor forma, satisfazer as necessidades humanas essenciais que visam a criação, a invenção, a iniciativa, a investigação, a comunicação humana (LOBROT, Apud VIANA, 2015).

Para apresentar a sua concepção sobre a autogestão pedagógica Tragtenberg (2012, p. 177) faz o seguinte questionamento: “Não se trata de discutir como, onde e quem ensinar, a questão é outra: como aprender, onde e com quem aprender”. Partindo desta questão, Tragtenberg (2012, p. 182) apresenta os pressupostos de uma autogestão pedagógica, a partir da qual se pretende “uma aprendizagem baseada na união indissolúvel entre o trabalho e a pesquisa, teórica e prática, contrariamente às segmentações clássicas, tayloristas e produtivas”.

O autor ressalta que estes são os princípios educacionais almejados pela classe operária. É a defesa de uma educação integral e igualitária “como condição da autoemancipação dos trabalhadores e, portanto, de toda a sociedade (TRAGTENBERG, 2012, p. 183). Contrariamente à educação burguesa, que mantém nas mãos do estado e de um conjunto de burocratas o poder de definir o que e o como ensinar, da perspectiva da autogestão pedagógica todo o processo de ensino é organizado pelos próprios envolvidos<sup>51</sup> e o foco se converte em: o quê, onde e com quem aprender. Os temas a serem estudados parte de uma coletividade, temáticas que são comuns e significativos.

A autogestão pedagógica tem como centro não o programa, o professor, a instituição, mas o *aluno*. Ela é orientada no atendimento às motivações do aluno, daí sua disponibilidade à aprendizagem significativa. O mesmo se dá com o professor: de “máquina programada” ele passa a gerir com o aluno o programa (TRAGTENBERG, 1982, p. 59).

Portanto, o princípio para se desenvolver uma educação contrária aos interesses do capital, que tenha como foco a coletividade, a emancipação humana e o objetivo de formar indivíduos que integrem a luta com o objetivo de contribuir para alcançá-la, deve

---

<sup>51</sup> O depoimento de Tragtenberg em *Memórias de um Autodidata no Brasil* demonstra que ele próprio procurou praticar a autogestão pedagógica em algumas instituições.



ter como princípio, segundo Tragtenberg, o desenvolvimento de uma educação crítica. É preciso desenvolver uma educação antiburocrática fundada nos seguintes princípios: autogestão, autonomia do indivíduo e na solidariedade.

A autogestão da educação pressupõe que a gestão de todo processo de ensino seja realizada pelos envolvidos no processo educacional. “Isso significa a devolução do processo de aprendizagem às comunidades onde o indivíduo se desenvolve (bairro, local de trabalho). Isso pressupõe a autonomia do indivíduo e da coletividade sendo este o fim da educação e não o meio, como nos princípios da pedagogia burocrática. Nega-se aí as premiações e punições. A solidariedade desenvolve-se no interior deste processo, rompendo com a competição estabelecida pela pedagogia burocrática. Esta brota da nova forma de organização da educação e da sociedade. Com isso se estabelece uma educação

Crítica e permanente das próprias formas educativas; antiautoritária, preocupando-se em desenvolver as potencialidades de cada um – eis que o indivíduo não vale tanto pelo que sabe quanto pelas condições que tenha para saber mais -; e globalizante, não restrita ao taylorismo intelectual (TRAGTENBERG, 2012, p. 183)

Os objetivos elencados acima estão associados à autogestão<sup>52</sup> do processo de aprendizagem, em que os próprios envolvidos (alunos, professores e pais) é que tomam as decisões e gerem o próprio espaço escolar. Inclui-se nesse processo a comunidade geral, uma vez que a educação não é de necessidade apenas daqueles que estão envolvidos mas da comunidade, já que esta apresenta agora como uma totalidade indivisível. Tragtenberg vê a necessidade de se criar associações de bairro para contribuir com o controle dos centros de educação.

Os envolvidos devem lutar pela educação gratuita, coletivizando os locais de aprendizagem, sendo este o meio de permitir o acesso de todos à educação. É preciso também romper com a divisão social do trabalho intelectual, o que o autor aponta como “descategorização dos professores, superação de sua divisão em categorias” (TRAGTENBERG, 2012, p. 184). Concomitantemente deve-se negar qualquer forma de organização pautada por dirigentes e dirigidos. A burocracia deve ser negada em sua totalidade e isso torna-se possível através de uma organização em que as decisões e ações sejam a partir da concordância de todos os envolvidos e não pela imposição de alguns poucos.

---

<sup>52</sup> Para uma discussão sobre a autogestão social em Tragtenberg, que é o pressuposto fundamental da autogestão pedagógica, ver Tragtenberg (1986); Tragtenberg (1987); Tragtenberg (1981); Tragtenberg (2011a), Tragtenberg (2011b).

Tragtenberg (2012) observa que esse processo é iniciado no interior do capitalismo, mas à medida que a autogestão social se generaliza as associações criadas para gerirem as unidades escolares e universitárias tendem a desaparecer, já que a divisão social do trabalho é superada e assim a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Nesse sentido, os indivíduos passam a desenvolver suas habilidades através do próprio trabalho, das necessidades gerais da coletividade.

Nesse sentido, a “pedagogia fundada na autogestão é incompatível com qualquer tipo de autoritarismo” (TRAGTENBERG, 2012, p. 184). Não há um grupo ou indivíduo que manda e outros que obedecem. Tudo é decidido coletivamente em uma assembleia. Para a organização dos espaços escolares elegem delegados que são revogáveis a qualquer momento. Essa é a forma encontrada pelos trabalhadores para não permitir a burocratização dos locais de trabalho e deve ser aplicada também como princípio na gestão dos espaços voltados para a educação. Assim, não se mantém um mesmo indivíduo como dirigente, já que a direção e a decisão é delegada a todos.

Tragtenberg (2012) chama a atenção que esta forma de educação não deve se restringir às salas de aula, deve ocorrer em constante contato com os bairros e outros setores da sociedade. Esse processo deve ser desenvolvido a partir da

Luta pela abolição da hierarquia professoral, divisão com a qual o poder conta para reproduzir-se. Questionamento do sistema de exames, com o qual se idiotiza um pouco mais as pessoas, ato eminentemente repressivo coberto de “boa consciência” pedagógica, que significa levar as pessoas a interiorizarem como necessário um Estado onipotente e onisapiente que completa o aspecto todo-poderoso da instituição universitária de cumprir com sua missão seletiva (TRAGTENBERG, 2012, p. 188).

O autor ressalta que o sistema de prova tem como objetivo legitimar a sociedade dividida em classes sociais, a relação entre dominantes e dominados. Segundo ele, a prova nada prova. Na luta por uma nova forma de educação é que se fazem necessárias novas formas de se aprender. Por isso, Tragtenberg (2012, p. 188) propõe “a formação de grupos de trabalho como forma de ação anti-individualista e anticompetitiva, cursos paralelos onde for possível e grupos espontâneos formados para pesquisar”.

Esta discussão apresentada por Tragtenberg (2012) sobre a autogestão pedagógica foi inspirada na experiência educacional fundada em 1976 pela Confederação Nacional do Trabalho-CNT, através da criação do que chamaram de Sindicato do Ensino. Segundo ele, esta experiência devolveu o processo educativo aos

envolvidos com o mesmo. Desta experiência desenvolveram Escolas Populares, através das quais havia uma tendência crescente a:

Crítica ao paternalismo, aumento da politização, das relações com os bairros, pesquisa pedagógica e elaboração do material, consciência da luta na frente ideológica e o problema da manifestação, consciência do papel básico da assembleia e expectativa autogestionárias, experiência coletiva e alternativa (TRAGTENBERG, 2012, p. 187).

Tragtenberg (2012) esclarece que no fundo esta proposta de educação apresentada pela CNT é baseada nos princípios pedagógicos de Francisco Ferrer, quais sejam: “solidarismo e uma educação sem prêmios ou castigos, a igualdade na liberdade; a integração da universidade às esferas produtivas, participando das comunidades de bairro na transformação dos atuais centros em ateneus libertários” (TRAGTENBERG, 2012, p. 189). Essa forma de educação, no entanto, ressalta ele, só pode se desenvolver se for gerida pelos próprios envolvidos sem a intermediação do estado ou de uma burocracia escolar. E nesse sentido,

O objetivo central permanece sendo a autogestão pedagógica, a realização da aprendizagem coletiva e individual, controlada pelos grupos interessados, sem a mediação e tutela do Estado ou intermediários privados. Pois à liberdade se vai pelos caminhos da liberdade, as vias autoritárias só conduzem ao autoritarismo (TRAGTENBERG, 2012, p. 189).

A autogestão pedagógica, portanto, deve ser pautada pela liberdade de sua gestão, e esta deve ser realizada pela coletividade envolvida no processo. Tragtenberg ressalta que a efetivação da autogestão pedagógica é um processo longo, perpassa pela autonomia dos envolvidos, pela liberdade de se organizarem, o que pressupõe o rompimento com os valores burgueses assim como com a forma de organização estabelecida sob os princípios da pedagógica burocrática. É fundamental, portanto, que haja pessoas empenhadas profundamente neste processo. E para ele, “quem tem medo de perder cargos não pode contribuir a uma educação libertadora. Capachos do poder só podem contribuir a uma educação opressiva” (TRAGTENBERG, 1982, pp. 55-56).

Em síntese, a autogestão pedagógica abordada por Tragtenberg aponta para uma nova forma de organizar e efetivar o processo de ensino. Não é um processo fácil, mas não é impossível. Tragtenberg já o mostrou que sua realização é necessária e diversas experiências já o mostraram sua possibilidade. A luta pela autogestão social é o caminho pelo qual pode-se desenvolver um ensino que manifeste o interesse de todos, a autogestão pedagógica.

### Considerações Finais

A concepção de Maurício Tragtenberg sobre a educação pode ser compreendida a partir da discussão que realiza sobre duas questões fundamentais: 1. Sobre a pedagogia burocrática e 2. Sobre a autogestão pedagógica. Vimos que Tragtenberg se refere à pedagogia burocrática como aquela que contribui para a manutenção do modo de produção capitalista, tratando-se da pedagogia que prevalece atualmente nos diversos locais de ensino (escolar e universitário).

A grande contribuição de Maurício Tragtenberg para a educação está na sua discussão sobre a autogestão pedagógica. Esta pressupõe um ensino gerido pelos próprios indivíduos envolvidos com a mesma (professores, alunos, pais etc). Há uma dificuldade de compreender esta discussão de Tragtenberg, uma vez que fomos educados através da pedagogia burocrática e ainda socializados na sociedade burguesa. Mas é preciso avançar para além da pedagogia burocrática. Maurício Tragtenberg oferece uma importante contribuição nesse processo.

### Referências

LOBROT, Michel. *Pedagogia Institucional: la escuela hacia la autogestión*. Buenos Aires: Humanitas, 1966.

MARQUES, Edmilson. A unilateralidade da educação no capitalismo. In: SILVA, Luzia et al. *A Educação na Perspectiva do Marxismo e da Escola de Frankfurt: teoria crítica e humanismo*. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Antônio Ozaí da. *Maurício Tragtenberg e a Pedagogia Libertária*. Revista Espaço Acadêmico, nº 32, jan., 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. *Autonomia Operária*. São Paulo: Unesp, 2011a.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.

\_\_\_\_\_. *Educação e Burocracia*. São Paulo: Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Memória de um Autodidata no Brasil*. São Paulo: Escuta, 1999.

\_\_\_\_\_. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. *Teoria e Ação Libertárias*. São Paulo: Unesp, 2011b.